

ESTUDO TÉCNICO

N.º 2/2013

PPP- Pesquisa Painel Longitudinal de  
Acompanhamento das Condições de Vida e  
Acesso a Programas Sociais pela  
População em Situação de Pobreza:  
fundamentos, concepção e desenho

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO A SALA 307

## **Estudo Técnico**

No. 2/2013

Pesquisa Painel Longitudinal de Acompanhamento das Condições de Vida e Acesso a Programas Sociais pela População em situação de Pobreza: fundamentos, concepção e desenho

## **Técnica Responsável**

Renata Bichir

## **Revisão**

Paulo Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação na Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

**Palavras-chave:** *Pesquisa Painel Pobreza; Avaliação; Brasil Sem Miséria*

## **Unidade Responsável**

### **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1501 | Fax: 3433-1529

[www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)

### **Secretário de Avaliação e Gestão da Informação**

Paulo de Martino Jannuzzi

### **Secretária Adjunta**

Paula Montagner

## Apresentação

O presente Estudo Técnico tem o objetivo apresentar uma das principais estratégias avaliativas do conjunto de ações do Plano Brasil Sem Miséria: a Pesquisa Paineis Longitudinal de Acompanhamento das Condições de Vida e Acesso a Programas Sociais da População em Situação de Pobreza - ou mais resumidamente, Pesquisa Paineis de Pobreza (PPP). Apresenta-se a fundamentação teórica e programática da pesquisa, sua concepção e desenho metodológico.

## Introdução

Avaliar políticas sociais que se desenvolvem de maneira cada vez mais complexa, tanto do ponto de vista de seus ambiciosos objetivos – cada vez mais multidimensionais, requerendo ações e articulações intersetoriais, particularmente no caso das políticas de desenvolvimento social, de combate à pobreza e à desigualdade (Costa e Carneiro, 2012) –, quanto dos arranjos institucionais que são desenvolvidos para fazer frente aos desafios, não é uma tarefa fácil.

Como apontado pela literatura especializada, no Brasil a tradição de avaliação de políticas e programas sociais ainda é incipiente e vem se consolidando recentemente. As análises sobre políticas públicas no Brasil geralmente identificam e lamentam a falta de avaliações de políticas, mesmo no setor público (Faria, 2003 e 2005; Arretche, 2001). Faria lamenta particularmente a escassa utilização da avaliação como instrumento de gestão: "A notória carência de estudos dedicados aos processos e às metodologias de avaliação de políticas, contudo, deve também ser tributada à escassa utilização da avaliação, como instrumento de gestão, pelo setor público do país nos três níveis de governo" (2003, p.22).

A despeito da pouca consolidação da avaliação no Brasil, autores como Faria e Filgueiras (2007) identificam a área da educação como uma das áreas precursoras no desenvolvimento de sistemas de avaliação não só no Brasil, mas na América Latina como um todo. De forma análoga, diversos autores (e.g. Worthen, Sandern e Fitzpatrick, 2004) apontam o papel pioneiro desempenhado pela educação na constituição das modernas práticas de avaliação de programas nos Estados Unidos. Por

sua vez, Vaitsman e Paes-Sousa (2011) reconhecem o movimento crescente de institucionalização de sistemas de avaliação de políticas públicas no bojo de um processo mais amplo de profissionalização da administração pública brasileira, destacando a tradição mais consolidada nas áreas de educação e saúde e, mais recentemente, desde 2004, na área da proteção social não contributiva, sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Na área das políticas de desenvolvimento social, a experiência da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) traz uma importante contribuição para a superação desse diagnóstico, uma vez que tem como missão institucional avaliar e monitorar os programas, ações e serviços sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), procurando produzir informações relevantes para o aprimoramento de suas ações. Assim, destaca-se, nos estudos realizados pela Secretaria, a preocupação central com a retroalimentação dos processos de gestão a partir das avaliações realizadas, a utilização de seus resultados por parte dos gestores das políticas, os quais participam intensamente do processo de avaliação desde a etapa do desenho das pesquisas. Desde 2004, esta Secretaria inovadora no contexto da gestão pública brasileira (Vaitsman e Paes-Sousa, 2011), vem desenvolvendo importantes contribuições no desenvolvimento de sistemas de indicadores de monitoramento e pesquisas de avaliação que procuram abordar os mais diversos aspectos dos programas, ações e serviços desenvolvidos pelo MDS, contribuindo para aprimorar o processo de tomada de decisões e também para o aperfeiçoamento de diretrizes já implementadas.

No contexto da atual gestão federal, novas ações de desenvolvimento social vêm sendo implementadas, diante do diagnóstico de que, a despeito dos notáveis avanços no combate à pobreza e a desigualdade – devido em grande parte a programas como o Bolsa Família – muito ainda precisa ser feito para incorporar a população de mais baixa renda a uma rede de proteção social cada vez mais consolidada. Surge assim, em junho de 2011, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), articulando não somente ações de garantia de renda, mas também de acesso a serviços públicos de qualidade e ações de inclusão produtiva, tanto no meio urbano quanto no meio rural, como será apresentado.

Do ponto de vista da área de avaliação da SAGI, novos desafios se colocam. Mais do que avaliar programas ou ações específicos, sob a responsabilidade de uma das chamadas “secretarias finalísticas” do Ministério – aquelas responsáveis pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social, de renda de cidadania e inclusão produtiva –, trata-se de avaliar uma estratégia intersetorial de intervenção social, envolvendo diferentes ações sob a responsabilidade de diferentes ministérios, como será esclarecido.

Desse modo, esse artigo pretende apresentar brevemente uma experiência de pesquisa em curso que visa avaliar algumas das dimensões centrais do BSM, experiência esta consubstanciada na Pesquisa Paineis Longitudinal de Acompanhamento das Condições de Vida e Acesso a Programas Sociais da População em situação de Pobreza - ou mais resumidamente, Pesquisa Paineis de Pobreza (PPP).

Todo o desenho metodológico da pesquisa, apresentado neste relato, foi desenvolvido por técnicos do Departamento de Avaliação da SAGI em parceria com técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Fundação Seade, em interlocução também com técnicos do Banco Mundial. Por sua vez, sua execução ficará a cargo de uma instituição contratada por meio de processo licitatório, como é de praxe nas pesquisas de avaliação da SAGI.

## O Plano Brasil Sem Miséria e os desafios de avaliação da volatilidade da renda

Nos últimos anos houve uma redução significativa na proporção da população em condições de pobreza e extrema pobreza no país. Essa redução pode ser considerada fruto do crescimento econômico e de decisões políticas, incluindo dimensões importantes como o aumento do emprego e de sua formalização, a valorização real do salário mínimo, a expansão do crédito e a consolidação de programas de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família (PBF)<sup>1</sup> e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Criado em outubro de 2003, o PBF é um programa federal de transferência de renda com condicionalidades. Gerido pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PBF compreende a transferência de benefícios

Contudo, em 2011 foram identificados 16,2 milhões de pessoas ainda em situação de extrema pobreza, auferindo uma renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70 mensais<sup>3</sup>. Essa situação motivou o governo federal a lançar em junho de 2011 o Plano Brasil Sem Miséria (BSM)<sup>4</sup>, que articula diversas ações nas áreas da assistência social, geração de ocupação e renda e desenvolvimento agrário, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, moradia, entre outras, visando promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, sendo executado pela União, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em colaboração com estados, Distrito Federal e municípios. Para a consecução desses objetivos, o BSM procura integrar estrategicamente três eixos principais de atuação: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva, seja no meio urbano, seja no meio rural.

No eixo garantia de renda, pode ser destacada, entre outras ações, a estratégia da busca ativa, que procura articular diversas ações para incluir no Cadastro Único para Programas Sociais as famílias pobres que ainda estão fora da rede de proteção social, para que a população elegível possa acessar programas de transferência de renda como o PBF, além de outros benefícios monetários ou serviços socioassistenciais. Ainda no âmbito da garantia de renda, foram realizadas importantes

---

monetários entre R\$ 32 e R\$ 306 para famílias que tenham renda mensal *per capita* de até R\$ 140,00, agregando três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares.

<sup>2</sup> O BPC é um direito previsto na Constituição Federal que assegura um salário mínimo mensal ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprove não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Em ambos os casos, é necessário que a renda mensal bruta familiar per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo vigente.

<sup>3</sup> A linha de extrema pobreza do Plano Brasil Sem Miséria foi definida como renda domiciliar mensal nominal per capita menor ou igual a R\$ 70 em julho de 2010. No caso dos domicílios sem rendimento, foram considerados extremamente pobres somente aqueles que cumprissem uma das seguintes características: sem banheiro de uso exclusivo; sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinham fossa séptica; em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; sem energia elétrica; com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; ou pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.

<sup>4</sup> Instituído por meio do Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011.

alterações no PBF, como o aumento do valor do benefício variável<sup>5</sup> em 45%, a ampliação do limite de três para cinco filhos recebendo o benefício, ampliação do benefício variável para gestantes e para as nutrizes e a introdução do “Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância”, cujo objetivo foi assegurar a renda mínima superior a R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoa a todas as famílias beneficiárias com crianças entre zero e seis anos. Destaca-se ainda a implementação do chamado “retorno garantido” ao PBF (Instrução Operacional nº 48/2011, Senarc/MDS), para aqueles que solicitarem desligamento voluntário do Programa. É relevante também o reforço da articulação do PBF com programas complementares de transferência de renda sob a responsabilidade de estados e municípios.

Ainda no âmbito do BSM, a Ação Brasil Carinhoso foi lançada, visando erradicar a extrema pobreza entre a população de 0 a 15 anos, preocupando-se assim com uma perspectiva integral de combate dos efeitos da pobreza sobre a infância, articulando ações de transferência de renda com o reforço de políticas de educação – tais como ampliação do acesso a creches, especialmente para as crianças beneficiárias do PBF – e saúde, por meio de ações que combatem as doenças que mais afetam a primeira infância<sup>6</sup>. No bojo dessa Ação, iniciou-se a complementação da renda das famílias que, a despeito de receberem recursos do PBF, ainda encontravam-se abaixo da linha de

---

5 O PBF é composto por quatro tipos de benefícios que variam em valores e também de acordo com as características da família. O Benefício Básico, no valor mensal de R\$ 70,00, é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 70 per capita, independentemente de sua composição. O Benefício Variável, no valor de R\$ 32,00, é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 per capita, desde que tenham crianças, adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrizes – sendo que cada família pode receber até cinco benefícios variáveis. Por sua vez, o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), é concedido no valor de R\$ 38,00 a todas as famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola – sendo que cada família pode receber até dois BVJs. Por fim, há o Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE), que é pago às famílias dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, cuja migração para o Bolsa Família tenha causado perdas financeiras. Em 13 de maio de 2012, foi anunciada a variação no PBF determinada pelo “Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância”, cujo objetivo é assegurar a renda mínima superior a R\$ 70,00 por pessoa a todas as famílias beneficiárias com crianças entre zero e seis anos, faixa etária correspondente à primeira infância. Os valores financeiros de apoio à primeira infância serão definidos por meio de Decreto, a ser publicado pelo Poder Executivo. O seu caráter adicional poderá variar de acordo com a necessidade (faixa de renda) de cada família.

<sup>6</sup> Estudos já realizados a respeito do Brasil Carinhoso destacam a grande efetividade do programa no combate à pobreza, especialmente entre as crianças (Osorio e Souza, 2012).

extrema pobreza de R\$ 70,00 per capita. Essa complementação do chamado “hiato da pobreza” primeiro esteve destinada a famílias com crianças de até 15 anos e, mais recentemente, a partir de fevereiro de 2013, foi expandida para todas as famílias com renda abaixo da linha de extrema pobreza, universalizando para todos os beneficiários do Bolsa Família a garantia de uma renda mínima mensal. Tendo em vista o alcance dos objetivos do BSM, tornou-se imperativo expandir o alcance do PBF entre o seu público-alvo. Para tanto, foram reforçadas também as ações de busca ativa.

No eixo acesso a serviços, o BSM articula ações intersetoriais e interministeriais para que a população tenha acesso a serviços públicos de qualidade, considerando ações nas áreas de Educação como, por exemplo, o Brasil Alfabetizado e o Mais Educação; Saúde, com a Rede Cegonha, o Brasil Sorridente, o Olhar Brasil, entre outras ações; Assistência Social, por meio da expansão e consolidação dos serviços ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS); Habitação; e, outras ações tais como a expansão do acesso à documentação civil<sup>7</sup>.

Por sua vez, o eixo de inclusão produtiva urbana promove ações de geração de ocupação e renda, seja por meio do empreendedorismo – através de estímulos ao Microempreendedor Individual (MEI), à Economia Popular e Solidária, de acesso a Microcrédito Produtivo Orientado, estímulo aos Catadores de Materiais Recicláveis, entre outras ações –, seja pela via do acesso ao mercado de trabalho formal, com ênfase na qualificação profissional, orientação profissional e intermediação de mão de obra. Nesse sentido, destacam-se as ações do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec<sup>8</sup> –, que visa ampliar a oferta de vagas na educação profissional e melhorar as condições de inserção no mundo do trabalho. Em especial, ressalta-se sua modalidade voltada à população urbana inscrita no Cadastro Único com idade entre 18 e 59 anos, conhecida como “Pronatec Brasil Sem Miséria”, a qual visa ampliar as possibilidades de inserção da população pobre no mercado de trabalho por meio da oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC), cursos estes que são custeados pelo governo federal (pelo Ministério da Educação – MEC) junto às unidades

---

<sup>7</sup> Mais informações a respeito dos diversos programas que compõem o Brasil Sem Miséria podem ser obtidos no sítio <http://www.brasilsemiseria.gov.br/documentos>.

<sup>8</sup> O Pronatec foi instituído pela Lei n. 12.513/2011.

ofertantes (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs –, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC), sendo gratuitos para os beneficiários.

Na inclusão produtiva rural, o foco recai sobre o estímulo à produção familiar tanto para o autoconsumo como para o acesso a mercados, sendo as capacidades e oportunidades das famílias estimuladas por meio de ações de fomento, acesso a sementes, mudas e tecnologias, acesso à água, acesso à energia, entre outras ações. Ainda no âmbito da inclusão produtiva rural, destaca-se o Programa de Apoio à Conservação Ambiental – denominado “Bolsa Verde”<sup>9</sup> –, que visa incentivar a conservação dos ecossistemas e promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda das famílias em situação de extrema pobreza. Condicionado ao desenvolvimento de atividades de conservação ambiental, as famílias extremamente pobres residentes em áreas de conservação – Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas Federais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável Federais, entre outras – recebem repasses trimestrais no valor de R\$ 300,00.

Em síntese, as diversas ações do BSM visam à elevação da renda das famílias, ampliação do acesso a serviços públicos de qualidade, ações de cidadania e bem estar social e ampliação do acesso às oportunidades de emprego e renda por meio de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

Como um dos pilares do BSM é o aumento da renda das famílias pobres e extremamente pobres por meio da inclusão produtiva e do acesso ao mercado do trabalho, torna-se fundamental entender melhor as estratégias de inserção no mercado de trabalho, a dinâmica da inatividade, desemprego e mobilidade ocupacional no mercado laboral, a volatilidade e fontes dos rendimentos, e o potencial de inclusão produtiva da população em situação de pobreza para orientar esta que é uma das principais estratégias do BSM.

De modo a subsidiar as ações do BSM e mesmo avaliar a sua eficácia, é importante obter dados que caracterizem a população em situação de pobreza e que

---

<sup>9</sup> Criado pela Medida Provisória nº 535 de 2 de junho de 2011. A gestão do Bolsa Verde cabe ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da coordenação de um Comitê Gestor do Programa, com representantes do próprio ministério, da Casa Civil, do MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Fazenda (MF) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

norteiem o desenvolvimento de iniciativas voltadas para a inclusão social e produtiva da mesma. Uma dimensão central nessa caracterização refere-se ao caráter volátil ou estrutural da pobreza:

chama atenção a importância de não criar representações fixas da população dos grupos. Não existe um grupo de extremamente pobres, existem pessoas ingressando e saindo dessa situação, e o mesmo vale para os demais grupos. Obviamente, parte dos extremamente pobres vive a situação de forma crônica e nela permaneceu de 2004 a 2009. Contudo, as melhores estimativas da população em pobreza crônica no Brasil são ainda muito grosseiras por causa da falta de dados em painel com cobertura nacional e informação completa sobre a renda. Essa falta dificulta a identificação e o estudo das estratégias de sucesso para a superação da pobreza. (Osório, R. et. al., 2011, p. 19)

Assim, visando obter subsídios para análise da meta de erradicação da pobreza extrema no país, é essencial entender as estratégias de sobrevivência e mobilidade ocupacional e aferir o caráter estrutural ou volátil da renda dessa população, considerando não somente aqueles que se encontram abaixo da linha de extrema pobreza – estipulada em R\$ 70 reais mensais per capita – mas também aqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza, considerando o corte de renda para recebimento do PBF – domicílios com renda mensal per capita menor do que R\$ 140,00.

Estudos longitudinais com foco na dimensão renda demonstram grande volatilidade na entrada e na saída da pobreza monetária, destacando que o chamado “resíduo”, ou seja, o quantitativo de pessoas que permanecem na pobreza, pode ser explicado por diversos fatores: erros de cobertura dos programas sociais, erros de exclusão, problemas de acesso, mudanças demográficas nas famílias, recusas, modificação nas fontes de renda das famílias, entre outras dimensões (Feres e Villatoro, 2011). Entretanto, é notório que a pobreza é um fenômeno multidimensional, que extrapola a insuficiência de renda:

A renda é por certo um excelente indicador de bem-estar, e uma das razões disso é o fato de que está correlacionada com as privações nas demais dimensões ou, muitas vezes, é sua causa. Contudo, não é possível conhecer

a composição e a intensidade das outras privações somente a partir da renda, apenas presume-se sua existência. Esta multidimensionalidade da pobreza é mais bem apreendida pela elaboração de um perfil da pobreza, um conjunto de indicadores de várias dimensões do bem-estar calculados para as pessoas em distintas faixas de renda, do que por um indicador multidimensional que achate a diversidade de situações em um único número. (Osório, R. et. al., 2011, p. 8).

Nesse sentido, é essencial caracterizar as múltiplas dimensões da pobreza, tentando captar suas manifestações em diferentes contextos, rurais e urbanos, sujeitos a diferentes condições de dinamismo ou estagnação econômica. Cabe ressaltar que muitas dessas questões apontadas só podem ser respondidas por meio de uma pesquisa do tipo longitudinal, acompanhando as alterações nas vidas das mesmas famílias em situação de pobreza durante certo período de tempo. Por todas essas razões, o Departamento de Avaliação da SAGI propôs um inovador estudo de avaliação para os parâmetros brasileiros, denominado “Pesquisa Painel de Pobreza” (PPP), para caracterizar ao longo do tempo as condições gerais de vida da população pobre, contemplando, ainda, o seu acesso a serviços públicos, por meio de ações, programas e políticas, bem como as eventuais oscilações de renda que essas famílias enfrentam e suas diversas formas de inserção no mercado de trabalho ou de geração de renda.

Como apontam especialistas na área de avaliação, os estudos de avaliação devem ser desenhados de modo pertinente às características do objeto a ser estudado (Jannuzzi, 2011), bem como devem ser levadas em consideração, particularmente no campo das pesquisas aplicadas aos programas públicos, dimensões como a compatibilidade entre o tempo do conhecimento e o tempo da política (Vaitsman e Paes-Sousa, 2011), a pertinência e a tempestividade das informações produzidas (Jannuzzi, 2011). Todos esses aspectos procuraram ser seguidos no delineamento da PPP. As justificativas para a realização deste estudo longitudinal são apresentadas na próxima seção, e suas principais características na seção seguinte.

## Por que desenhar um estudo longitudinal para estudar a pobreza?

Segundo Ribas e Soares, uma “pesquisa longitudinal é aquela na qual uma unidade amostral é entrevistada mais de uma vez, o que quer dizer que se pode montar um painel de dados. Em geral, dados em painel permitem análises mais precisas que dados cross-section ou ‘transversais’, possibilitando, por exemplo, o controle de efeitos fixos e de condições iniciais (2010, p.215).” Entende-se que somente uma pesquisa do tipo painel permitirá a avaliação, ao longo do tempo e com a profundidade necessária à orientação das ações e programas que visam à erradicação da pobreza e da miséria, das mudanças ocorridas na vida de famílias em situação de pobreza no que tange às suas condições de geração de renda e inserção no mercado de trabalho, bem como no que se refere às suas condições gerais de acesso a serviços públicos. Conforme ressaltado por Athias (2011), as pesquisas longitudinais são ideais para estudos de pobreza e mobilidade social, permitindo uma melhor compreensão a respeito da pobreza persistente:

(...) esse tipo de pesquisa é essencial para apreender a “persistência da pobreza”. Os resultados disponíveis mostram que há uma “pobreza transitória”, mas também um grupo de pobres “crônicos”. Esses tipos de pobreza podem ter origens variáveis e necessitam ações específicas. (Athias, 2011, p. 7)

Nesse sentido, pesquisas do tipo painel permitem verificar ao longo do tempo o movimento de certos grupos de interesse para cima ou para abaixo de linhas de pobreza, dando maior robustez às análises do que aquelas permitidas a partir de dados gerados por pesquisas transversais (cross-sectional).

Entretanto, como também ressaltado por Athias (2011), pesquisas desse tipo não são frequentes nos países em desenvolvimento, seja devido a seu custo relativamente alto, seja devido às complexidades metodológicas envolvidas. No âmbito internacional, o autor identifica algumas experiências de painéis relacionados à pesquisa socioeconômica com abrangência nacional, tais como o Panel Study of Income Dynamics (PSID), iniciado em 1967, nos Estados Unidos, sendo aplicado a cada

dois anos, buscando obter informações sobre o comportamento social, econômico e de saúde das famílias, em uma amostra que começou com 4.800 famílias e chegou a 9.000 em 2009; a pesquisa Survey of Income and Program Participation (SIPP), realizada desde 1984 também nos EUA, coletada a cada 4 meses entre 14 mil e 46 mil e quinhentos domicílios, buscando traçar um perfil sobre rendimentos, trabalho, elegibilidade e participação em programas sociais; a British Household Panel Survey (BHPS), que é aplicada anualmente desde 1991, com aproximadamente 5.500 domicílios e a Understanding Society, aplicada anualmente, desde 2009, a 60 mil domicílios, ambas no Reino Unido; a German Socio-Economic Panel, na Alemanha; e a Household Income and Labour Dynamics in Australia Survey, na Austrália.

A respeito destas pesquisas, Athias (2011, p.14) destaca o esforço dos pesquisadores em seguir prioritariamente os indivíduos originariamente no painel, e não domicílios. Destaca ainda a busca pela diminuição das perdas ou do atrito<sup>10</sup> a partir de técnicas consolidadas, tais como contatos com os entrevistados entre as ondas de famílias entrevistadas, tamanho adequado e não exaustivo de questionários, visitas pelo mesmo entrevistador, quando possível, agradecimentos, incentivos, inclusive diminuindo as repetições, além da inclusão de sub-amostras (boosters) para melhor acompanhar segmentos específicos (por exemplo, baixa renda) e permitir quebras, entre outras estratégias.

Nos países em desenvolvimento, o autor ressalta que os painéis são particularmente importantes para o acompanhamento da evolução das condições de vida da população. Contudo, muitas vezes eles são curtos, ou rotativos, e de cobertura regional. Na América Latina, os principais painéis socioeconômicos identificados por Athias (2011) são aqueles realizados pelo Chile (Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional, ECSN, cobrindo 60% da população em quatro regiões e realizada a cada cinco anos); Argentina (Encuesta Permanente de Hogares, realizada em aglomerados urbanos, realizada a cada três meses); e México (Encuesta Nacional

---

<sup>10</sup> “O termo “atrito” é usado para designar as entidades (domicílios, famílias, pessoas) que não se consegue entrevistar por diferentes razões a partir da segunda rodada de uma pesquisa longitudinal. O atrito é normalmente representado por uma porcentagem (de “não-entrevistas”) em relação às entrevistas efetivamente levadas a cabo na primeira rodada”. (Athias, 2011, p.12)

de Ocupación y Empleo, ENOE, realizada em regiões metropolitanas trimestralmente, com estrutura similar à da PNAD contínua realizada no Brasil pelo IBGE).

Tanto Feres e Villatoro (2011) quanto Dercon e Shapiro (2007) apontam para diversas pesquisas de condições de vida de tipo painel longitudinal realizadas em outros países em desenvolvimento, destacando-se aquelas realizadas em Bangladesh (1987-2000 e 1994-2001), Vietnã (1992-1998), África do Sul (1997-2001), Etiópia (1994-1997 e 1994-2004 na zona rural), Uganda (1992-1999) e Egito (1997-1999). Em geral, elas apresentam as mesmas dificuldades encontradas por Athias no caso da América Latina: cobertura deficiente, curto espaço de tempo coberto, dificuldade de acompanhar a mobilidade socioespacial das famílias e problemas de atrito que colocam em xeque a validade da amostra.

Assim como no exterior, no Brasil há destaque para estudos do tipo painel na área da saúde. Athias (2011) menciona estudos de coorte de recém-nascidos em Pelotas e outras localidades no RS; o “Projeto Bambuí”, sobre hipertensão em idosos; o projeto ELSA (Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto), composto por 15 mil funcionários de seis instituições públicas de ensino superior e pesquisa das regiões Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil, cujo primeiro levantamento terminou em dezembro de 2010. Na área socioeconômica, os dois principais estudos do tipo painel, destacados por seu histórico e por sua abrangência, são a Pesquisa Mensal de Emprego – PME –, realizada em seis regiões metropolitanas, e a recente PNAD Contínua, realizada trimestralmente, com cobertura nacional. As duas pesquisas contam com amostras rotativas, sendo variada a sobreposição de domicílios. Enquanto a PME coleta informações mensais sobre trabalho e rendimento nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, a PNAD Contínua coleta informações anuais sobre trabalho e rendimento e demais temas sociodemográficos, com resultados representativos para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas. Contudo, vale lembrar que os painéis de domicílios da PME e da PNAD Contínua têm regularidade de visitas e duração bastante restritas, de três a quatro visitas não igualmente espaçadas em até um ano.

A SAGI/MDS possui experiência na realização de pesquisa longitudinal com população de baixa renda. A Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF) é

uma pesquisa longitudinal de avaliação do impacto do PBF, que contrasta famílias beneficiárias e não beneficiárias do Programa, avaliando itens de consumo das famílias beneficiárias, a antropometria de crianças, além de outros aspectos-chave do PBF, considerando condições de vida, educação, saúde e trabalho. Tal pesquisa, realizada em 269 municípios, tem representatividade nacional e para três regiões: Norte Urbano e Centro Oeste, Nordeste, e Sul-Sudeste. Em 2005, foi realizada a sua primeira rodada, uma linha de base, na qual se utilizou metodologia quasi-experimental e técnicas de pareamento e escore de propensão. Na coleta de dados realizada em 2005, foram entrevistadas 15.426 famílias. Dessas, 11.433 mil foram reentrevistadas na segunda rodada da pesquisa, realizada em 2009 (SAGI, 2012).

Por sua vez, a pesquisa em tela, a PPP, será um estudo longitudinal de caracterização de diferentes dimensões de interesse referentes à população de baixa renda – com renda domiciliar mensal per capita inferior à R\$ 140,00 em 2010 –, e de acesso dessa população a serviços públicos e ações específicas do Plano BSM, sem a intenção de realizar avaliações de impacto. O plano amostral da PPP, elaborado por técnicos do IBGE, baseou-se em dados do Censo Demográfico 2010, conforme será detalhado na próxima seção. Além da atualidade dos dados, cabe ressaltar que a utilização de dados censitários contribui para a minimização de eventuais problemas relacionados à subdeclaração da renda e demais problemas associados à qualidade dos dados do Cadastro Único. Ao partir de uma base de dados nacional e não de dados administrativos relacionados à elegibilidade ou não para programas sociais, é possível inclusive obter informações que permitam a caracterização da população em situação de pobreza que ainda está fora das redes de proteção social, que não faz parte de registros administrativos mesmo sendo potencialmente elegível para diversos programas sociais. Cabe ressaltar que diversas famílias passam por choques e outras adversidades que as colocam temporariamente elegíveis a determinados benefícios sociais (e vice-versa) sem que sua situação de elegibilidade se converta de forma tempestiva e eficaz no recebimento do benefício por diversos problemas administrativos e de acesso. Com efeito, a amostragem por meio do Censo Demográfico em conjunto com um instrumento de coleta de informações periódicas permitirá uma avaliação mais precisa das relações entre insuficiência de renda, volatilidade de renda e acesso a benefícios e programas sociais.

Desse modo, enquanto a AIBF pode ser pensada como uma avaliação dos impactos do PBF, a PPP visa prover subsídios para monitoramento e avaliação dos efeitos da implementação das diversas ações do BSM, contribuindo, portanto, para correções e aprimoramento das mesmas. Os principais aspectos metodológicos da PPP são apresentados na próxima seção.

## Desenho da pesquisa

Foram definidos dois contextos para a realização da pesquisa, o Semiárido brasileiro<sup>11</sup> e o Sudeste metropolitano<sup>12</sup>. Esses contextos foram definidos por contrastarem condições de dinamismo ou estagnação econômica, bem como condições particulares de organização dos mercados de trabalho e condições de acesso a serviços públicos. Esses contextos procuram delimitar, por um lado, situações de estagnação econômica, caracterizando uma pobreza de caráter mais estrutural e de menor acesso a serviços e bens públicos, e, por outro lado, situações economicamente mais dinâmicas e de maior disponibilidade de equipamento e serviços, que permitiriam maiores oportunidades de inserção socioeconômica para a população em situação de pobreza.

A definição dos contextos da pesquisa baseou-se nos resultados de estudos prévios realizados como subsídios à elaboração do BSM. A partir da análise de dados

---

<sup>11</sup> O Semiárido brasileiro é composto por 1.134 municípios distribuídos em 9 estados (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais), abrangendo uma área total de 982.563,3 Km<sup>2</sup>. Caracteriza-se pela ausência, escassez ou irregularidade na distribuição das precipitações pluviométricas e altas taxas de evaporação hídrica que impõem limitações à sustentabilidade da vida na região.

<sup>12</sup> Serão abrangidas pela pesquisa as seguintes regiões metropolitanas do Sudeste: no Estado de São Paulo, a Região Metropolitana de São Paulo; em Minas Gerais, as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço; no Rio de Janeiro, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e no Espírito Santo a Grande Vitória.

das PNADs realizadas entre 2004 e 2009<sup>13</sup>, dados preliminares do Censo 2010 e também releituras de pesquisas contratadas pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), iniciou-se uma discussão a respeito do caráter estrutural ou volátil da pobreza no país, principalmente no que se refere à composição da renda das famílias. De maneira geral, a despeito das melhorias observadas em termos de acesso a serviços, políticas e programas sociais verificadas nos últimos anos, esses estudos exploratórios indicaram outros elementos associados à pobreza, tanto no que se refere à sua dimensão econômica quanto no que se refere a aspectos tradicionalmente a ela associados, como a taxa de analfabetismo, o acesso precário a saneamento básico, entre outras. Esses elementos não apenas contribuem para a configuração de certos “bolsões” de pobreza, como reforçam a relevância da clivagem rural/urbano e da diferenciação entre as grandes regiões do país.

Esses estudos estimularam a seleção prévia de dois contextos com características distintas para a realização de uma pesquisa do tipo painel: em um extremo, a região do Semiárido, caracterizada por uma pobreza de caráter mais estrutural, associada a áreas economicamente menos dinâmicas, com menores potenciais de inclusão produtiva e piores condições gerais de acesso a serviços e políticas e, em outro extremo, um contexto com melhores condições de vida e de acesso a serviços públicos, bem como maior dinamismo econômico e do mercado de trabalho, relacionado às regiões metropolitanas do Sudeste, que se destacam, por um lado, pela elevada concentração de pobreza absoluta em certas áreas – como periferias, favelas e cortiços – e, por outro lado, por maiores oportunidades de inclusão produtiva, especialmente quando comparadas com áreas mais estagnadas economicamente.

---

<sup>13</sup> A partir de um conjunto de variáveis presentes na PNAD, esse estudo exploratório buscou captar de forma sintética as alterações ocorridas no perfil da população brasileira em situação de extrema pobreza (5% mais pobres) entre os anos de 2004 e 2009. Foram consideradas na análise as seguintes dimensões: macro região do país, escolaridade, mercado de trabalho, habitação, entre outros. Em linhas gerais, o estudo mostrou que a extrema pobreza no Brasil se reproduz de forma estrutural, uma vez que, segundo os dados da PNAD, os 5% mais pobres apresentam um **conjunto de características socioeconômicas que têm sem mantido estáveis no decorrer da última década.**

Do ponto de vista metodológico, a PPP consiste em uma pesquisa longitudinal de base domiciliar visando à coleta de dados quantitativos. Tal pesquisa está baseada em coletas de dados quadrimestrais, sendo chamado de “módulo” o conjunto de três coletas de dados. Os dados serão coletados por meio de equipamentos eletrônicos portáteis dotados de questionários estruturados. A pesquisa consistirá na aplicação de um questionário formado por um conjunto fixo de questões, que se repetirá em todas as coletas, e um conjunto composto por blocos temáticos rotativos que procurarão investigar diferentes aspectos da realidade social, cultural e econômica da população em situação de pobreza.

De modo a garantir a qualidade das informações coletadas nesta pesquisa tão relevante para o MDS, além da constituição de um comitê técnico de acompanhamento da pesquisa – formado por especialistas do próprio MDS e de instituições como o IBGE, a Fundação Seade, Banco Mundial, entre outras –, serão desenvolvidos ou aprimorados uma série de protocolos. Estes protocolos especificam: a) os parâmetros para a realização da análise de consistência dos dados coletadas – consolidados em um protocolo de consistência das bases, já desenvolvido e aplicado regularmente pela SAGI; b) procedimentos para a realização dos treinamentos a serem ofertados aos entrevistadores, supervisores de campo e coordenadores regionais – protocolo de treinamento; c) os parâmetros gerais para a inserção dos dados coletados nos sistemas informatizados, incluindo parâmetros lógicos básicos de acordo com os conceitos empregados em cada questionário – protocolo de inserção de dados. Esses protocolos deverão ser rigorosamente seguidos pela instituição contratada da pesquisa, de modo a garantir a qualidade das informações obtidas e a eventual continuidade da pesquisa em novos módulos de coleta.

A partir da definição dos dois contextos de interesse do MDS, Semiárido brasileiro e Sudeste metropolitano, a amostra da pesquisa foi elaborada pelo IBGE, a partir de dados do Censo Demográfico 2010. Foram desenhados planos amostrais independentes para cada contexto. Em primeiro lugar, foram testadas possíveis estratificações da amostra considerando a população alvo da pesquisa – domicílios com renda per capita inferior a R\$140,00, segundo valores do Censo 2010. Nesse sentido, buscou-se verificar o comportamento de variáveis de interesse presentes no Censo 2010 – número de banheiros no domicílio; situação do domicílio (urbano/rural);

lançamento do esgoto; abastecimento de água; coleta do lixo; energia elétrica; medidor/relógio. Entretanto, tanto no Semiárido quanto no Sudeste metropolitano as correlações encontradas entre essas variáveis e a renda domiciliar foram muito baixas – indicando assim pequena variabilidade na situação dos domicílios de baixa renda de acordo com essas dimensões –, não permitindo, portanto, nenhuma estratificação adicional para além daquela já adotada – renda domiciliar per capita inferior a R\$140,00.

No caso do Sudeste metropolitano – que abrange as Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vale do Aço e Vitória – a amostra foi desenhada em um só estágio, considerando uma amostra aleatória simples que selecionou 5.628 domicílios distribuídos por 112 municípios nas quatro regiões, com alocação sistemática, a partir do cadastro de endereços do IBGE. Os domicílios foram ordenados por situação do domicílio de forma a garantir a presença de domicílios rurais e urbanos.

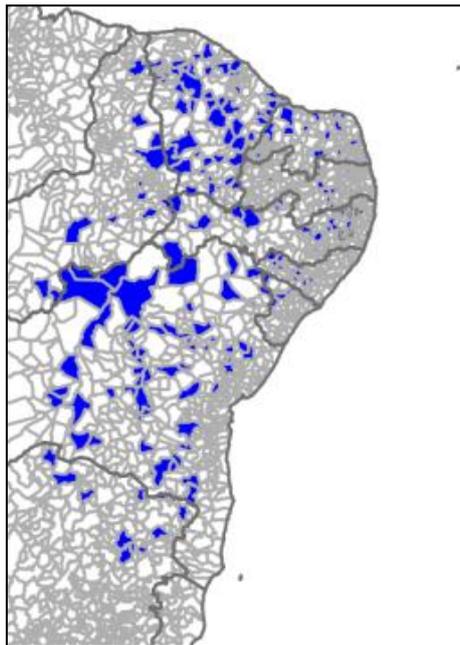
Ao total, foram selecionados 5.628 domicílios distribuídos por 112 municípios nas quatro regiões do Sudeste Metropolitano. Cabe ressaltar as vantagens de uma amostra deste tipo, que garante boa precisão na estimação das variáveis de interesse. No caso do Semiárido, de modo a evitar um espalhamento geográfico excessivo, a amostra foi realizada em dois estágios. No primeiro estágio foram selecionados municípios, que foram agrupados por meio da criação de grupos (clusters) de acordo com a proporção de domicílios com renda mensal per capita menor que R\$140,00 (grupos homogêneos segundo esta proporção). Desse modo, foram selecionados municípios de forma proporcional ao tamanho (PPT), sendo considerada como medida de tamanho o número de domicílios com renda mensal per capita inferior a R\$140,00. No segundo estágio, foram selecionados domicílios, chegando-se a 5.625 domicílios distribuídos em 225 municípios do Semiárido. Esses domicílios também foram ordenados de modo a garantir a presença de domicílios rurais e urbanos na amostra.

Nesse sentido, a amostra da pesquisa totaliza 11.253 domicílios que deverão ser visitados na primeira coleta realizada, sendo 5.625 distribuídos em municípios do Semiárido e 5.628 distribuídos em municípios do Sudeste metropolitano. A partir dessa primeira coleta, serão definidas as famílias que de fato serão acompanhadas pela

pesquisa ao longo de suas rodadas. Nas coletas seguintes, visando encontrar as famílias originalmente entrevistadas, os mesmos domicílios deverão ser visitados, à exceção daqueles cuja inexistência tenha sido constatada na primeira coleta de dados. No Termo de Referência destinado à contratação desta pesquisa foram detalhadas ainda todas as situações de perda amostral que podem ocorrer ao longo das etapas de coleta. Cumpre mencionar que, uma vez que não está prevista a substituição dessas perdas, as análises do desempenho da amostra e sua eventual reponderação a cada coleta são desafios técnicos sob a responsabilidade do comitê de acompanhamento desta pesquisa.

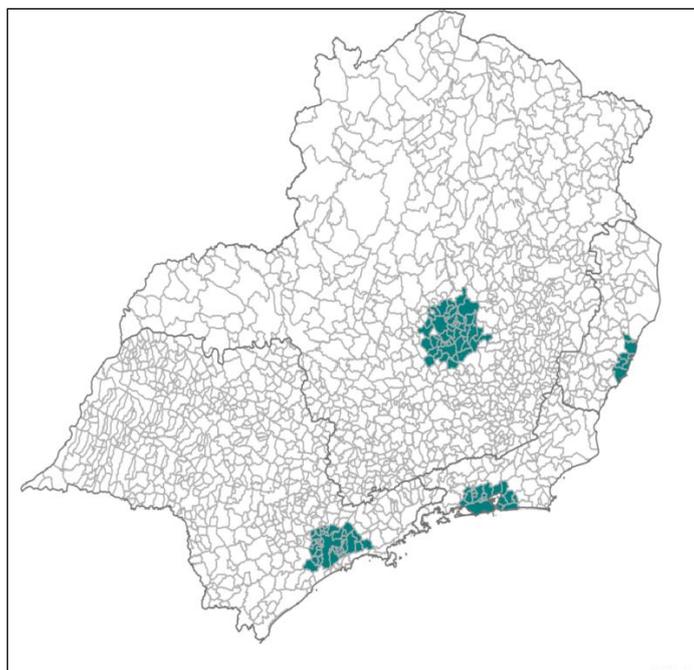
Os mapas a seguir apresentam o espalhamento da amostra entre os municípios do Semiárido e do Sudeste metropolitano.

**Mapa 1. Distribuição espacial da amostra da Pesquisa Painel de Pobreza (PPP), segundo municípios do Semiárido.**



Fonte: IBGE.

**Mapa 2. Distribuição espacial da amostra da Pesquisa Painel de Pobreza (PPP), segundo municípios do Sudeste metropolitano.**



Fonte: IBGE.

Por fim, cabe ressaltar que o período de referência dessa amostra é julho de 2010 – data de referência do Censo Demográfico 2010 –, sendo a partir dessa data definida a estratificação de renda da PPP, domicílios com renda inferior a R\$140,00.

### Considerações finais: resultados esperados

Este artigo procurou discutir a relevância de uma pesquisa bastante inovadora que já está em andamento sob a coordenação da SAGI/MDS, o painel longitudinal denominado “Pesquisa Painel de Pobreza” (PPP), que buscará avaliar dimensões centrais do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), em particular a questão do caráter estrutural ou volátil das famílias mais pobres do país. Desse modo, seus importantes resultados – que serão obtidos ao longo de nove eventos de coletas de dados, realizada a cada quatro meses – poderão contribuir de maneira decisiva para avaliar os efeitos das várias ações intersetoriais previstas no Plano, podendo trazer importantes subsídios para o aprimoramento das ações e para eventuais correções de rumo.

Além disso, a PPP tem, ainda, o potencial de possibilitar a caracterização de dimensões estruturais e conjunturais da pobreza nos dois contextos considerados pela pesquisa – Semiárido brasileiro e Sudeste metropolitano –, mapeando

longitudinalmente os eventos de entrada e saída tanto no mercado de trabalho como na rede de programas, ações e serviços sociais que vem se consolidando no país. Espera-se que com essa pesquisa sejam coletadas informações sobre as mais diversas dimensões de caracterização da população em situação de pobreza, tais como: condições socioeconômicas e demográficas; informações referentes à inserção produtiva e às formas de ocupação e geração de renda da população-alvo, incluindo a identificação de eventuais obstáculos à inserção ao mercado de trabalho; rendimentos monetários e não monetários dessa população, incluindo “bicos”, programas públicos e privados de transferência de renda e doações; acesso a programas, serviços e ações, com ênfase àqueles desenvolvidos no âmbito do BSM, incluindo também dimensões relacionadas à qualidade dos mesmos; variabilidades regionais no acesso aos serviços públicos, às oportunidades de inclusão produtiva, à geração de renda e às múltiplas dimensões da pobreza em dois contextos bastante díspares; análise das diversas trajetórias de superação e/ou reprodução da pobreza nas famílias entrevistadas, incluso volatilidades de renda; e informações referentes a temas específicos de interesse do MDS, tais como condições de habitação, histórico migratório e sociocupacional, participação social, redes de relações sociais, percepção subjetiva sobre pobreza, qualidade dos serviços públicos e condições de vida, entre outros.

Em síntese, essa pesquisa consiste em um bom exemplo de adequação de sofisticação metodológica da pesquisa de avaliação – painel longitudinal, com custos relativamente elevados e certo tempo de maturação necessário para a obtenção de resultados complexos – aos objetivos da política pública, no caso, uma pesquisa de avaliação adequada aos desafios colocados pela implementação de uma ação intersectorial como o BSM.

## Referências bibliográficas

Arretche, M.T. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. São Paulo: IEE/PUC, Cenpec, Cedac, 2001.

Athias, L. “Reflexões sobre pesquisas longitudinais: uma contribuição à implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares”. IBGE: Textos para discussão nº 38, Diretoria de Pesquisas, Rio de Janeiro, Setembro de 2011.

Dercon, Stefan e Shapiro, Joseph S. “Moving On, Staying Behind, Getting Lost: Lessons on poverty mobility from longitudinal data”. Global Poverty Research Group. Economic and Social Research Council. GPRG-WPS-075. Março de 2007.

Faria, C. Idéias, conhecimento e políticas públicas - um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18, nº 51, pp. 21-29, fevereiro de 2003.

Faria, C. A. P. de (2005). “A política da avaliação de políticas públicas”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, nº 50.

Feres, J.C. e Villatoro, P., 2011. La viabilidade de erradicar la pobreza: un examen conceptual y metodológico. Santiago de Chile, CEPAL, outubro de 2011. Disponível em < <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/8/46268/LCL3463e.pdf> > Acesso 21 de maio de 2012.

Jannuzzi, Paulo. Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Planejamento e Políticas Públicas - PPP, no 36, jan/jul 2011.

Osório, R. et. al., 2011. Texto para discussão nº 1647. Brasília, IPEA, agosto de 2011.

Osorio, R. e Souza, P. O Bolsa Família depois do Brasil Carinhoso: uma análise do potencial de redução da pobreza extrema. Brasília, IPEA, Nota Técnica nº 14, dezembro de 2012.

Ribas, R. P. e Soares, S. S. D. “O atrito nas pesquisas longitudinais: o caso da pesquisa mensal de emprego”. Revista Estudos Econômicos vol.40 nº1. FEA – USP, São Paulo Jan./Mar. 2010.

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família - 2ª Rodada (AIBF II). Sumário Executivo, junho de 2012. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/AvaliacaoImpactoProgramaBolsaFamiliarII.pdf>>

Vaitsman, J. e Paes-Sousa, R.. Avaliação de programas e Profissionalização da gestão pública. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, Número 1, Janeiro-Junho de 2011.

Worthen, Blaine R., Sanders, James R. e Fitzpatrick, Jody L.. Avaliação de Programas: Concepções e Práticas. São Paulo, Edusp, 2004.